



## INSS: STJ decide que segurado terá de devolver tutela antecipada se perder processo

**A decisão deverá ser aplicada em todos os processos do tipo no país.**



Por uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que receberam valores antecipados de benefícios por meio de tutela terão de devolver o montante ao instituto caso percam o processo.

Na última quarta-feira (11), os ministros definiram a tese para o tema repetitivo 692. A decisão tomada valerá para todos os processos do tipo que envolvam discussões sobre benefícios previdenciários, por incapacidade

e assistenciais, dos regimes geral e próprio de estados, municípios e Distrito Federal.

Segundo o advogado que fez a defesa dos segurados no julgamento, Fernando Gonçalves Dias, há apenas uma exceção que permitirá ao segurado não devolver o dinheiro, caso o trabalhador receba a antecipação em ação sobre a qual já haja jurisprudência firmada.

Se essa jurisprudência cair e a nova decisão for contrária ao que o beneficiário já havia conquistado, não será necessária a devolução.

## **Cobrança será de até 30% por mês**

Pela regra, o INSS poderá cobrar até 30% por mês dos segurados que perdem o processo, incluindo casos que discutiam benefícios assistenciais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos carentes e pessoas com deficiência que comprovem estar em situação de vulnerabilidade.

Nestes casos, o segurado recebe apenas um salário mínimo, hoje em R\$ 1.212. Dias afirma que irá recorrer. “A decisão vai fazer com que centenas de milhares de pessoas venham a receber menos de um salário mínimo no país. Porque a maioria tem empréstimo consignado e o limite é de 35% hoje. Uma pessoa com um salário mínimo que tenha um consignado já recebe menos, em torno de R\$ 800. A Previdência vai poder consignar mais 30%, mas sobre os R\$ 1.212. Essa pessoa vai receber em torno de R\$ 460 por mês, por muitos anos”, diz. O tema 692 foi julgado no STJ em 2014, segundo o advogado, mas uma decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em um outro tema, de número 709, entendia que valores recebidos de boa-fé pelo segurado não precisavam ser devolvidos. Com a definição do Supremo, juízes de todo o país passaram a seguir a corte, fazendo com que o segurado não precisasse devolver o dinheiro ao INSS caso perdessem a ação. Como haviam recursos, o caso chegou novamente ao STJ.

Para a advogada presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Adriane Bramante, a decisão vai contra o posicionamento do Supremo, prejudicando os segurados.

Segundo ela, havia uma tese firmada anteriormente pelo STJ, mas a questão estava em fase de revisão, com a intenção de saber se os benefícios assistenciais ou por incapacidade ficariam de fora.

“A tese fixada agora manteve a decisão anterior, reafirmando a necessidade de devolução, mesmo em benefícios assistenciais. Ainda limitou o valor a 30% do benefício”, diz Adriane.

## **Segurado deve ter cuidado ao entrar na Justiça**

O advogado e presidente do Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev), Roberto de Carvalho Santos, diz que entre os cuidados que o segurado do INSS deve ter ao entrar na Justiça contra o instituto está o de saber exatamente em que casos a tutela antecipada deve ser solicitada.

“A tutela deve ser pedida em casos em que já haja jurisprudência dominante em um recurso repetitivo, em um tema já julgado no STJ, STF ou na TNU, ou seja, em casos nos quais já há um precedente, que já estejam definidos nas instâncias superiores”, explica.

Ele diz ainda que cada vez mais há uma limitação quanto ao segurado entrar no Juizado Especial Federal, onde pode ingressar com ação sem advogado.

“O risco de a pessoa perder a ação e ainda por cima ter de devolver o dinheiro fica muito maior agora. O advogado que é muito bem atualizado vai saber a hora e se vai pedir a tutela ou não”, diz.

## **STF foi contra devolução de valores na aposentadoria especial**

Em 2021, no julgamento dos embargos do tema 709, o STF decidiu que o aposentado especial que voltou à atividade em área nociva não precisa devolver os valores já pagos pelo INSS. O entendimento, na ocasião, também se aplicou a quem recebe aposentadoria por meio de tutela antecipada.

O julgamento tratava de embargos de declaração sobre decisão que proíbe o pagamento de aposentadoria para quem tem benefício especial e volta à área insalubre ou nela permanece.

“Os indivíduos que vinham auferindo o benefício previdenciário em razão de pedidos deferidos pelo Poder Judiciário —ou mesmo voluntariamente pela administração— encontram-se isentos de qualquer obrigação de devolução dos valores recebidos até a proclamação do resultado deste julgamento”, disse o ministro Dias Tóffoli, relator do caso na época.

com informações da Folha de S.Paulo  
Fonte: CONTABEIS

# TST determina liberação da penhora de imóvel indicado como bem de família



Créditos: NOBUHIRO ASADA/Shutterstock.com

A justiça determinou a liberação da penhora de imóvel de um sócio da Varella Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda., de Belo Horizonte (MG), após o bem ser indicado como bem de família e, por isso, livre da penhora. A decisão, unânime, foi da 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Segundo o colegiado, o ônus de provar que o imóvel a ser penhorado não constitui bem de família é do autor da ação de execução, um vigilante patrimonial, e não de quem está sendo executado.

O sócio da empregadora (executado) anexou aos autos as certidões de registro de imóveis e diversos comprovantes de residência e requereu a desconstituição da penhora, com fundamento na Lei 8.009/1990.

Apesar de registrar que foram juntados aos autos recibos de entrega do IRPF, contas de luz, IPTU, boletos de faculdade e certidões de

indisponibilidade de bens, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) manteve a penhora. Segundo o TRT, o proprietário não teria comprovado que se tratava do seu único imóvel, utilizado pela entidade familiar como moradia permanente, e as declarações de Imposto de Renda estavam incompletas, sem a parte relativa aos bens e direitos de propriedade.

Segundo o ministro Augusto César, relator do recurso de revista do sócio (1935-18.2010.5.03.0131), o Tribunal Regional atribuiu ao executado o ônus da prova de que o bem seria de família e, portanto, impenhorável. “A exigência de prova negativa da propriedade de outros bens imóveis é desprovida de razoabilidade e afeta a garantia de impenhorabilidade do bem de família”, afirmou.

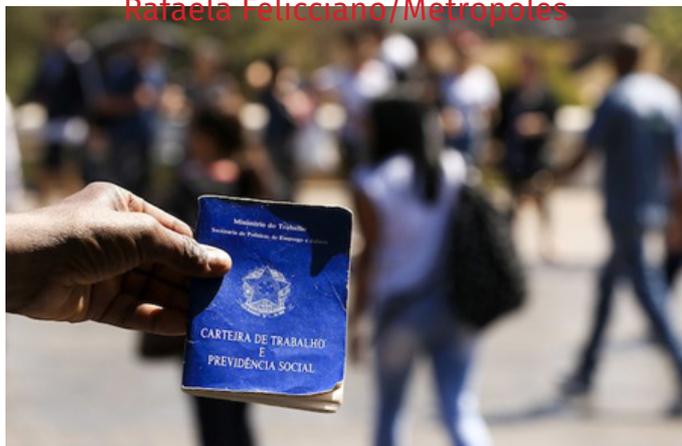
Segundo ele, em casos similares, o TST tem entendido que cabe ao exequente (no caso o vigilante) provar que o imóvel não é bem de família e indicar outros bens para penhora.

Com informações do Tribunal Superior do Trabalho (TST) - Ricardo Krusty

# Governo prepara redução de FGTS e multa por demissão, diz jornal

**Equipe econômica elabora proposta para reduzir custo de empregadores, revela Folha de S.Paulo. O texto incluiria até os atuais empregados**

Rafaela Felicciano/Metrópoles



A equipe econômica do governo federal está elaborando um plano de estímulo ao emprego que prevê uma forte redução da contribuição dos patrões para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), revelou nesta sexta-feira (13/5) o jornal Folha de S.Paulo. O Palácio do Planalto e o Ministério da Economia não se pronunciaram sobre a notícia.

O plano, de acordo com a apuração da Folha, é reduzir o depósito mensal que os empregadores fazem, de 8% para 2% do salário, e cortar a multa paga na demissão, de 40% para 20% do total do FGTS.

A flexibilização do contrato de trabalho regido pela CLT seria feita por meio de Medida Provisória, instrumento usado pelo Poder Executivo com validade imediata, mas que depois precisa ser votado pelo Legislativo. A Folha informa ter tido acesso a três minutas (versões) dessa possível MP.

“A proposta de redução das alíquotas das contribuições dos serviços sociais autônomos não apenas reduzirá o custo da contratação de trabalhadores, como também contribuirá com

a geração de novos empregos”, diz o texto, que se repete nos três documentos, ainda segundo o jornal.

As minutas teriam sido elaboradas pela Subsecretaria de Política Fiscal da SPE (Secretaria de Política Econômica), vinculada ao Ministério da Economia, comandado por Paulo Guedes.

O jornal informa, por fim, que essa flexibilização está em fase de estudo e que não há uma decisão final tomada.

Desemprego persistente

O governo busca alternativas para lidar com uma taxa de desemprego que teima em se manter alta às vésperas de uma eleição presidencial. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego persistiu no primeiro trimestre de 2022 e atinge 11,1% da população brasileira. O índice é o mesmo em relação aos três últimos meses de 2021.

A última rodada da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), divulgada nesta sexta-feira (13/5), mostra que 29% dos desempregados procuram trabalho há mais de dois anos. São mais de 3,4 milhões de pessoas.

Guedes já falou em “se livrar da legislação fascista da CLT”

A flexibilização da CLT é um objetivo do grupo político do presidente Jair Bolsonaro desde a campanha eleitoral de 2018, quando o plano de governo do então candidato incluía a promessa de lançar a Carteira de Trabalho Verde e Amarela, que previa, justamente, alíquotas menores de recolhimento do FGTS.

Pelo plano estudado atualmente, porém, essa redução poderia incluir mesmo os contratados pelo sistema atualmente em vigor.

Logo no início da atual gestão, em janeiro de 2019, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o governo de Bolsonaro iria “inovar e abandonar a legislação fascista” da CLT, em referência à criação da carteira de trabalho verde e amarela.

Segundo ele, o objetivo seria absorver pessoas que hoje estão no mercado informal de trabalho e “libertar” os trabalhadores do sistema de repartição da Previdência, pelo qual os ativos contribuem e bancam o pagamento de benefícios de aposentados.

“Nossa nova previdência tem encontro

marcado ali na frente também, temos que libertar futuras gerações desse regime trabalhista e previdenciário que temos hoje”, disse Guedes, na época. “O sistema de repartição traz várias bombas, bomba demográfica, bomba do financiamento, muita gente ganha e não contribui, temos que separar assistência de previdência.”

O governo chegou a instituir o Contrato Verde e Amarelo por Medida Provisória em novembro de 2019, mas o sistema era opcional e reduzido. Ainda assim, o Congresso resistiu, e Bolsonaro acabou revogando o texto, em abril de 2020, prometendo voltar ao tema.

Fonte: Metrôpoles

**NITEROI/RJ**

## SINDICATO VISITA CCR BARCAS



**Diretores do SVNIT**

Os diretores do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões Claudio Vigilante, Claudio Bernardo e Alan Alexandria estiveram na Praça XV na CCR para buscar informações sobre o acidente que ocasionou na morte do Vigilante André Marinele da Empresa Gardiner no interior das Barcas em Niterói no último sábado dia 14/05/22 no período noturno.

Fomos recebido pelo Supervisor da CCR Sr. José Henrique que não nos deu nenhuma informação e nós orientou de que se quiséssemos informações deveríamos encaminhar um ofício para as barcas. Pedimos pra falar com o supervisor da empresa que se encontrava na administração da CCR o

Sr. José Henrique nos informou que ele não poderia atender porque estava fazendo um curso, e se quiséssemos falar com a empresa que encaminhassemos também um ofício pra a diretoria da empresa Gardiner pedindo explicações.

O que nos deixa intrigado é porque a CCR não nos atendeu e mandou um supervisor falar com a direção do Sindicato e porque tanta burocracia para passar informações ao sindicato que representa os vigilantes na nossa base territorial.

O Sindicato dos Vigilantes vai encaminhar ofício pra CCR E GARDINER e vamos também procurar a delegacia pra buscar informações sobre o andamento da apuração do acidente.

Temos algumas perguntas pra fazer ao contratante CCR barcas e queremos saber o que realmente aconteceu, foi um pai de família que perdeu a vida em serviço e em memória dele queremos a verdade.

Queremos saber o que ocasionou o acidente, essa situação tem que ser esclarecida pois uma vida que se foi.

A diretoria do Sindicato Svnit está externando o nosso pesar e os nossos sentimentos aos familiares do Vigilante.

**Sindicato dos vigilantes de Niterói e regiões**

# Comunicado aos ex-vigilantes da empresa ADS



Na sexta-feira, 13 de maio, foi publicado no Diário da Justiça do Estado do Rio Grande do Norte o despacho de autoria da Magistrada da 23ª Vara Cível da Comarca de Natal/RN, através

da qual ficou foi convocado os credores da empresa ADS SEGURANÇA para participarem da Assembleia Geral.

A primeira Assembleia será realizada no dia 04/07/2022, às 09:00. Na eventualidade de resultar frustrada, outra será realizada no dia 11/06/2022, às 09:00

Ressalte-se que a Assembleia tem o objetivo de realizar a eleição do gestor judicial, que administrará o passivo da empresa perante o Juízo da Recuperação Judicial, bem como será estabelecido a sua remuneração.

Informações relevantes serão apresentados aos vigilantes interessados oportunamente.

FONTE: [sindsegur](#)

## SINDICATO FAZ PROTESTO NO MERCADO PÚBLICO CONTRA ATRASO DOS SALÁRIOS



Diretores e apoios do Sindivigilantes do Sul realizaram um protesto no Mercado Público de Porto Alegre, nesta manhã de segunda-feira (16), porque os vigilantes do local ainda não tinham recebido o salário do mês, ao contrário do que havia prometido Valmor Muhl, o dono do Grupo Muhl, a empresa de vigilância contratada pela Prefeitura para o posto.

Ele havia dito que sexta-feira, durante a tarde, os 30 vigilantes do posto receberiam os valores em suas contas, mas isto não se confirmou. No final da manhã, contudo, os vigilantes

receberam os depósitos em suas contas, após a imprensa ter sido avisada.

Antes disso, o supervisor da empresa, Claudiomiro Peres, tentou impedir a manifestação PACÍFICA do sindicato, quando o diretor Adão Ferreira da Silva abriu a bandeira do Sindivigilantes do Sul no interior do Mercado, e deu um soco no rosto do vice-presidente, Luiz Paulo Motta. Tem várias testemunhas da agressão, entre diretores, vigilantes e clientes.

O sindicato repudia a violência contra o seu diretor por parte do funcionário da Muhl, que deverá responder judicialmente por essa truculência.

Outras duas vezes, o mesmo funcionário já havia agredido verbalmente o diretor financeiro do Sindivigilantes, Luiz Henrique Aguiar da Silva, quando ele foi ao Mercado conferir a situação dos vigilantes, que haviam encaminhado denúncia dos atrasos ao sindicato.

“Viemos reivindicar o salário dos vigilantes, conversamos tranquilamente com o gestor do posto, Ronaldo, falamos com o dono da

empresa, Valmor Muhl, e acabo agredido pelo supervisor”, disse Motta.

“Causa indignação essa truculência, a categoria precisa ver isso e ficar do lado do sindicato, que está lutando pelos vigilantes, não podemos admitir que alguém receba o sindicato dando soco na cara de um diretor, ele e a empresa vão responder por isso”, concluiu Motta.

### **Atrasos acontecem há meses**

A empresa tem outros postos público, como os Centros de Referência e Assistência Social (CRAS), Fasc e Emater, mas nestes locais os salários estão em dia.

Os atrasos dos vencimentos dos trabalhadores do Mercado, porém, já vêm acontecendo há três meses, pelo menos, com a alegação da empresa de que a Prefeitura também vem atrasando os pagamentos das faturas da prestação do serviço.

O sindicato já alertou que não vai aceitar esse jogo de empurra entre município e empresa,

pois os prejudicados são os vigilantes, que têm o direito de receber seus vencimentos até o quinto dia útil, seja como for.

O empresário disse que o dinheiro foi depositado sexta-feira e que o problema agora era do banco, mas no início da manhã os vigilantes conferiram suas contas e não havia nem sinal do salário.

Por isso os diretores Motta, Adão, Luiz Henrique Aguiar e os apoios Paulo Roberto Dias e Maria Elair da Silva iniciaram o protesto, em uma das entradas do Mercado, junto às paradas de ônibus (vídeo).

Nenhuma truculência vai intimidar ou impedir o sindicato de continuar lutando pelos trabalhadores da vigilância, a direção e a apoios vão voltar ao Mercado quantas vezes for preciso para defender os direitos dos vigilantes.

**Nota: O texto foi atualizado no início da tarde, com a informação da agressão e do depósito dos salários.**

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

# **PF e MPDFT fazem operação contra assaltantes de carros-fortes**

**Os dois principais alvos da investigação estavam entre os mortos na operação policial que combateu assaltantes na cidade de Varginha (MG)**



Hugo Barreto/Metrópoles

A Polícia Federal, em parceria com o Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público do DF e Territórios (Gaeco/MPDFT), deflagrou, nesta terça-feira (17/5), a Operação Restos da Maldade no Distrito Federal e nos estados de Goiás e Minas Gerais.

A ação combate quadrilha que se valia de grandes quantias obtidas em assaltos contra carros-fortes para, depois, praticar crimes de lavagem de dinheiro.

Os policiais federais cumprem seis mandados de busca e apreensão a fim de obter mais provas dos crimes cometidos. Os dois principais alvos da investigação estavam entre os mortos na operação policial que combateu assaltantes na cidade de Varginha (MG), em 2021.

Os investigadores descobriram que os alvos adquiriam diversos imóveis de luxo em dinheiro, faziam viagens para resorts, criavam empresas de fechada e cometiam uma série de outros delitos que tinham por objetivo ocultar e dissimular o patrimônio resultante de violentos assaltos pelo país.

FONTE: METROPOLES - Mirelle Pinheiro e Carlos Carone

# Suspeitos de assalto a carro-forte morrem após confronto com a polícia

**Eles chegaram a ser levados ao Hospital Regional de Sousa, mas não resistiram aos ferimentos. Caso ocorreu na Paraíba**



Dois homens suspeitos de participar de um assalto a um carro-forte, nessa segunda-feira (16/5), entre os municípios de Aparecida e

Pombal, no Sertão da Paraíba, morreram após uma troca de tiros com a polícia.

A dupla foi encontrada no município de Santa Cruz, que fica próximo ao estado do Rio Grande do Norte. Durante o confronto com a polícia, os dois homens foram baleados. Eles chegaram a ser socorridos para o Hospital Regional de Sousa, mas não resistiram aos ferimentos e morreram.

FONTE: Portal T5

# FUP promete “maior greve da história” se Bolsonaro tentar privatizar a Petrobras



O coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT), Deyvid Bacelar, afirmou nesta quinta-feira (12) que o presidente Jair Bolsonaro (PL) verá “a maior greve da história da categoria”, caso avance na intenção de privatizar a Petrobras. Segundo ele, o anúncio é mais uma tentativa do governo de desviar a

atenção da atual política de preços da estatal, que vem provocando a explosão dos preços dos combustíveis no Brasil. Bacelar ressalta que a privatização da maior empresa brasileira também não é solução para reduzir os preços aos consumidores.

“Ao invés de buscar um ‘bode expiatório’ para enganar a população, fingindo preocupação, Bolsonaro deveria assumir o papel de mandatário e acabar com essa política de preços covarde, que vem levando o povo cada vez mais à miséria”, afirmou pelo Twitter.

O coordenador-geral da FUP lembrou que os petroleiros já aprovaram estado de greve, no final do ano passado, contra as ameaças de privatização da Petrobras. “Bolsonaro, repito: você vai ver a maior greve da história da categoria petroleira caso ouse pautar a

privatização da Petrobras”.

Os petroleiros afirmam que Bolsonaro “finge” não ter responsabilidade sobre o aumento dos combustíveis. No entanto, o governo federal é o acionista majoritário da Petrobras. Bolsonaro indica não apenas o presidente da estatal, como a maior parte dos integrantes do Conselho Administrativo. Nesse sentido, se houvesse vontade política, Bolsonaro poderia ordenar mudanças na política de Preço de Paridade de Importação (PPI), que a Petrobras adota desde 2016, após o golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff.

### **Espantanto político**

O tema voltou à discussão após a troca no comando do Ministério de Minas e Energia. O novo ministro, Adolfo Sachsida, entregou hoje ao ministro da Economia, Paulo Guedes, um pedido para que sejam feitos “estudos” para a privatização da Petrobras e da PPSA, a estatal do pré-sal. Guedes prometeu iniciar esses estudos “imediatamente”. Mas o próprio ministro afirmou que não há prazo para que sejam concluídos.

A resposta de Deyvid Bacelar ao pedido de Sachsida foi imediata: “Vale lembrar ao Bolsonaro, ao novo ministro e ao novo presidente da Petrobras que a categoria petroleira aprovou estado de greve no final de 2021, caso o governo ouse pautar no Congresso Nacional a privatização”.

Às vésperas das eleições, são remotas as chances do processo de privatização da Petrobras prosperar nesse momento. Nesse sentido, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) afirmou que o tema “não está no radar ou na mesa de discussão”. “O momento é muito ruim para isso”, acrescentou.

“Estudos podem ser feitos, conforme anunciou o novo ministro das Minas e Energia. Que sejam os mais bem feitos. Mas entre o estudo e a concretização há uma distância longa” afirmou. Após encontro com secretários estaduais de Fazenda para discutir a alíquota do

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

ICMS sobre a gasolina, Pacheco também afirmou que a Petrobras e a União precisam fazer mais para conter os preços dos combustíveis.

Com a finalidade de controlar os preços dos combustíveis, defendeu a criação de um fundo de estabilização. A proposta para criação desse fundo já foi aprovada no Senado há dois meses. Mas o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), considera que a proposta não é prioridade.

Isso porque Guedes é contra utilizar os dividendos que a União recebe da Petrobras para custear esse fundo. Especialistas também criticam a retirada de um imposto sobre exportação de petróleo bruto que também serviria para custear esses esforços de estabilização.

### **Medo do mercado**

Bolsonaro não mexe no PPI para não perder o apoio político do mercado financeiro. Em função da alta do petróleo no mercado internacional, o PPI rendeu mais de R\$ 100 bilhões em dividendos aos investidores no ano passado. Só em relação ao primeiro trimestre desse ano, a Petrobras vai pagar mais R\$ 48,5 bilhões aos acionistas. Os resultados obtidos pela estatal superam os de gigantes do setor, como das norte-americanas Exxon Mobil e Chevron.

Por outro lado, somente de janeiro de 2019 para cá, a gasolina acumula alta 155,8% nas refinarias. O diesel subiu 165,6%, e o GLP aumentou 119,1%, com o preço médio do botijão de gás de cozinha acima de R\$ 120,00. Além disso, como a maior parte dos produtos no Brasil são transportados em caminhões, os seguidos reajustes do diesel acabam impactando em todos os setores da economia, servindo, assim, como um dos principais combustíveis para o aumento da inflação.

Foto: FUP

Fonte: Tiago Pereira / Rede Brasil Atual (RBA)

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF